



EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DO FORO ESPECIALIZADO DA 1ª, 2ª E 7ª RAJs – SÃO PAULO

Proc. nº 1002018-70.2023.8.26.0260

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, na pessoa do advogado **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.** e **LIRA & KAMAROWSKI COMÉRCIO ATACADISTA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA.**, nos autos da **Recuperação Judicial** em epígrafe, vem a Vossa Excelência apresentar a **Relação de Credores retificada pelo Administrador Judicial**, na forma do **art. 7º, §2º**, da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com base nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores e na análise da documentação comercial e fiscal das sociedades Recuperandas, conforme passa a expor.

I. Das habilitações e divergências apresentadas pelos credores

01. Publicado regularmente o Edital previsto no **art. 52, §1º** da LRF, em **09 de agosto de 2024**, referente à relação de credores apresentada nos autos pelas sociedades em recuperação, *restou inaugurada a fase administrativa de verificação dos créditos*, em que eventuais habilitações ou divergências de crédito são apresentadas diretamente à Administração Judicial pelos interessados.



02. Averbese-se que a relação de credores a ser considerada para todos os fins não será aquela que instruiu a inicial, mas, sim, aquela apresentada às fls. 4.439-4.442.

03. Assim é que o Administrador Judicial enviou regularmente as correspondências aludidas no art. 22, I, alínea "a" da Lei 11.101/2005, e, posteriormente, recebeu as habilitações e divergências de crédito diretamente através do endereço de correio eletrônico grupolira@mcaa.adv.br, tendo realizado a verificação competente.

04. Registre-se que foram recebidas por esse Administrador Judicial, de forma tempestiva, 13 (treze) divergências e 06 (seis) habilitações de crédito administrativas, através de *e-mails* enviados ao endereço grupolira@mcaa.adv.br, todas referentes a credores insertos nas classes de créditos trabalhistas, quirografários e microempresas e empresas de pequeno porte.

05. Nessa ordem de ideias, tendo sido devidamente recebidas essas treze divergências e seis habilitações de crédito por este Administrador Judicial, foram todas devidamente analisadas com fundamento na documentação apresentada pelos credores, bem como na documentação comercial e fiscal das devedoras. Ao final, a relação de credores foi saneada administrativamente, mediante a adoção de critérios objetivos, os quais expõe a seguir, dando-se a necessária publicidade, para conhecimento de todos os interessados.

06. Por fim, apresenta a Relação de Credores do Administrador Judicial, quer dizer, a relação de credores *retificada*, nos termos do art. 7º, §2º, da LRF, que servirá de base para a publicação do segundo Edital contendo a relação de credores, com a devida divisão dos mesmos nas classes previstas pelo art. 41 do mesmo diploma.

II. Dos critérios objetivos adotados pelo Administrador Judicial, para a análise da lista de credores e das habilitações e divergências apresentadas

07. Como é de conhecimento, o art. 9º da LRF elenca, em seus incisos, os requisitos necessários à análise dos créditos a serem habilitados ou retificados em sede de verificação administrativa, *in verbis*:



Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

- I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;
- II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;
- III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas;
- IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;
- V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

08. Nessa linha, adotou-se como premissa, por estrita determinação legal, a verificação dos créditos cujas habilitações e divergências identifiquem adequadamente o credor e estejam instruídas com os títulos que fundamentam o crédito e com a memória de cálculo que indique sua atualização, até a data do requerimento de recuperação judicial.

09. Quanto aos créditos cujos títulos possuem cláusula de garantia por alienação fiduciária de bens móveis, optou o legislador ordinário por excluí-los da regra geral de sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, de seguinte redação:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de



proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifos nossos)

10. Segundo o escólio da professora Maria Helena Diniz,

(...) alienação fiduciária em garantia consiste na transferência feita pelo devedor ao credor da propriedade resolúvel e da posse indireta de um bem infungível (CC, art. 1361) ou de um bem imóvel (Lei nº 9514/97, arts. 22 a 33), como garantia do seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida. (DINIZ, Maria Helena. *In* “Curso de Direito Civil Brasileiro”, 19ª edição, São Paulo, ed. Saraiva).

11. Além disso, é requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis o seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”), de seguinte teor:

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do



devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. (grifo nosso)

12. No que se refere às demais hipóteses de constituição da propriedade fiduciária, nosso Código Civil preceitua que os requisitos necessários deverão ser adimplidos mediante as disciplinas impostas pelas respectivas leis especiais, conforme preconizado em seu art. 1.368-A, que assim dispõe:

Art. 1.368-A. As demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária submetem-se à disciplina específica das respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial.

13. Com relação à alienação fiduciária sobre coisas fungíveis, nos termos do art. 66-B da Lei 4.728/65 c/c art. 42 da Lei 10.931/04, é necessário que se proceda ao devido registro do contrato no cartório competente. *Verbis*:

Lei 4.728/65 - Art. 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

Lei 10931/04 - Art. 42: A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, **mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei.**



14. Nada obstante à previsão legal supracitada, o e. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.629.470 – MS, de Relatoria da e. Ministra Maria Isabel Gallotti, gizou a desnecessidade de registro quando a garantia prestada consiste na cessão fiduciária de direito de crédito. Veja-se:

“DIREITO CIVIL E COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITO DE CRÉDITO. REGISTRO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA A CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA. CREDOR NÃO SUJEITO Á RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **1. A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei 10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível.** 2. O registro da cessão fiduciária do título de crédito pode ser necessário para salvaguardar eventual direito de terceiro a quem o título de crédito seja oponível, a saber, o devedor do título de crédito cedido pela recuperanda. Não há repercussão na esfera de direitos dos demais credores, donde a irrelevância da existência do registro para o processo de recuperação. 3. De acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem à recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. Precedentes. 4. Impossibilidade “de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior.” (AgInt no REsp. 1.475.258- MS, rel Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 20.2.2017). 5. Recurso especial conhecido e provido.” (RECURSO ESPECIAL nº 1.629.470 – MS, 2ª Seção – STJ – Julgamento em 30 de novembro de 2021 – Publicação em 17 de dezembro de 2021) (grifos nossos)



15. Por sua vez, na hipótese da propriedade fiduciária recair sobre bem imóvel, o contrato que impõe a transferência da propriedade resolúvel deverá ser registrado no competente Registro de Imóvel dos respectivos bens afetados, conforme previsto na legislação especial atinente ao tema, como se infere do art. 23 da Lei 9.514/1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e incidência da propriedade fiduciária sobre bens imóveis, *in verbis*:

Art. 23. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

Parágrafo único. Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

16. Depreende-se, então, que o arcabouço legislativo atinente à modalidade de propriedade fiduciária restou devidamente positivado em total atenção à natureza de direito real atribuída à espécie, que possui por característica principal sua oponibilidade perante terceiros, que não há, por seu turno, como subsistir sem a realização de seu registro, como se verifica nas palavras de MARCELO SACRAMONE, a saber:

O proprietário fiduciário não se submete à recuperação judicial, por ter verdadeiro “direito real em garantia” e não um “direito real de garantia”. Ao credor é atribuída a propriedade da coisa para a garantia de um negócio jurídico principal. Difere-se esse direito de propriedade fiduciária sobre a coisa dos direitos reais de garantia, como a hipoteca, o penhor e a anticrese. Nestes, o credor tem um direito real sobre o bem do devedor, enquanto na propriedade fiduciária o credor tem um direito real sobre bem próprio, de sua propriedade, ainda que resolúvel. (...)

Como oponibilidade de terceiros é característica do direito real, ela não poderia ocorrer caso o registro não fosse feito. A falta de



registro, mais do que impedir a publicidade perante terceiros, não permite que entre as próprias partes seja constituída a propriedade fiduciária, porque não se pode ter um direito real não oponível a terceiros.

No tocante à propriedade fiduciária de bens móveis infungíveis, a obrigação de registro é expressa no art. 1.361, §1º, do Código Civil. Nos bens móveis fungíveis ou direitos, a Lei n.º 4.728/65 não disciplina expressamente a exigência do registro. A exigência do registro, entretanto, é requisito para todos os tipos de propriedade fiduciária. Isso porque, como forma de garantia da obrigação principal, a propriedade será transferida apenas de modo resolúvel, o que impediria que os demais credores fossem satisfeitos com a liquidação do ativo transferido, enquanto este permanecer na propriedade do credor. (grifos não constantes do original) (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 206 e 209.)

17. No mesmo sentido, dispõe o Verbete de Súmula nº 60, do e. Tribunal de Justiça de São Paulo, *litteris*: “A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor”, o que torna indene de dúvidas a necessidade da efetivação regular do registro para fins de constituição da alienação fiduciária de bens móveis.

18. A oponibilidade perante terceiros é elemento curial no contexto do processo de recuperação judicial, pois sendo este, em última análise, um processo que reúne uma coletividade de credores, tem-se que a propriedade fiduciária deverá se encontrar devidamente performada quando do requerimento de recuperação, pois não tendo a mesma sido devidamente constituída, não se presume a existência de uma propriedade, mas tão somente de um crédito, pelo qual sujeitar-se-á aos efeitos preconizados pelo caput do art. 49 da LRF, conforme menciona o eminente ex-magistrado, professor LUIZ ROBERTO AYOUB, em obra conjunta ao ilustre professor CÁSSIO CAVALLI, leia-se:



A propriedade fiduciária é constituída com o registro do contrato, nos termos do art. 1.361, §1º, do CC. Logo, se o contrato não foi registrado, não há constituição de propriedade fiduciária e, portanto, o crédito sujeita-se à recuperação judicial. Ademais, se o contrato é registrado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, o crédito permanece sujeito à recuperação judicial. (Ayoub, Luiz Roberto. Cavalli, Cássio. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, pag. 72.)

19. Demais disso, perfaz-se também como requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária a descrição específica da coisa e/ou direito objeto da transferência, bem como os elementos indispensáveis à sua identificação, na forma do art. 1.362, IV do CC, a conferir:

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

(...)

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

20. Tal previsão legal, de especificação dos bens e/ou direitos ofertados em garantia para constituição da propriedade fiduciária, está igualmente corroborada pela doutrina pátria majoritária, valendo reproduzir outro relevante trecho da supracitada obra do MARCELO SACRAMONE, *in verbis*:

O contrato de alienação fiduciária ou cessão fiduciária, outrossim, precisa especificar objeto cuja propriedade será transferida ao credor em garantia. Para que valha perante terceiros e não permita que o referido ativo seja envolvido na recuperação judicial e seja utilizado para o pagamento dos demais credores, a individualização do objeto no contrato é imprescindível. A coisa deverá ser



identificada, inclusive avaliada, assim como especificado devem ser todos os títulos de créditos cedidos.

Quanto a essa individualização, possível que o bem ou o crédito objeto do contrato de cessão fiduciária seja futuro (art. 458 e 1.361, §3º, do CC). O crédito futuro, nem sequer ainda contraído pelo devedor da obrigação principal, chamado de recebível a performar, poderá ser cedido fiduciariamente. Nesta hipótese, ainda que não se possa identificar todas as características do bem, a especificação do objeto do contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir. Caso não haja individualização dos créditos cedidos, os pressupostos da cessão fiduciária não estarão preenchidos e os créditos se submeterão à recuperação judicial como quirografários. (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 208.)

21. Uma vez preenchidos os requisitos elencados acima, portanto devidamente constituída a propriedade fiduciária, a configurar a hipótese de exceção prevista pelo art. 49, §3º da LRF, é de se anotar que “[O] saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos” perfaz crédito de natureza quirografária, sujeito, assim, à recuperação judicial, na forma do Enunciado nº 51, da Primeira Jornada de Direito Comercial.

22. Por fim, exaurindo-se o tema, resta pacífico o entendimento pela sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos créditos garantidos por propriedade fiduciária que recaia sobre bem de capital essencial ao desenvolvimento da atividade produtiva da sociedade Recuperanda, visto que a retirada de tais bens desencadearia inevitável insucesso ao projeto de soerguimento econômico almejado, conforme leciona o mesmo professor LUIZ ROBERTO AYOUB, na forma de trecho de obra de sua lavra que, novamente, traz-se à colação:

O que se busca, aqui, é preservar a empresa. São bens de capital essenciais à atividade, por exemplo, "máquina de brunir e de um



forno industrial a gás” no caso em que “a sociedade empresarial agravada tem como atividade principal a fabricação de peças e motores de combustão e transmissões mecânicas, em que o maquinário objeto da ação de busca e apreensão em comento denota-se fundamental, essencial para o exercício das atividades empresariais destacadas”. Ademais, já se decidiu que deve ser revogada liminar de reintegração de posse de máquina vendida com reserva de domínio, ante notícia de deferimento de processamento da recuperação judicial do devedor. (Grifo nosso) (Obra citada, p. 138 e 139)

23. Inclusive, o e. Superior Tribunal de Justiça já se debruçou sobre o tema, circunstância pela qual compreendeu pela subsunção do crédito garantido aos efeitos da recuperação judicial quando da ocorrência da hipótese ventilada, conforme dicção prestada pelo aresto abaixo, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade Recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AgInt no CC nº 149.561, Min. Rel. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 22.08.2018)

**VOTO**

(...) Interpretando tal dispositivo da Lei de Quebras, esta Corte Superior sedimentou posicionamento no sentido de que quaisquer atos judiciais, que possam colocar em risco a eficácia do plano de recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo universal. Nessa linha de raciocínio, também consolidou a tese de que o **Juízo universal é o competente para decidir acerca da essencialidade do bem, ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, afastando-se, desse modo, a exceção do § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005. Outrossim, dentro de suas competências, insere-se a definição acerca do caráter extraconcursal das dívidas contraídas pela Recuperanda a esse título**, de modo que, estando os bens litigiosos em posse da suscitante (fl. 672), e tendo o Juízo da recuperação já declarado a sua essencialidade ao soerguimento da empresa, há de prevalecer o entendimento desta Corte Superior sobre a questão.

(grifos nossos)

24. No que toca especificamente ao crédito garantido por cessão fiduciária de recebíveis, de acordo com o entendimento do Ilustre Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esposado no julgamento do REsp nº 1.758.746-GO, o "bem de capital" que a LRF se refere é aquele bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo de produção da empresa e que, portanto, esteja em sua posse, divergindo, desta maneira, desse conceito, a cessão fiduciária de recebíveis. Esta é a ementa do REsp. em referência:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA,



COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECID. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, permaneceriam na posse da Recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da Recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constata-se, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da Recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por



meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da Recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-seia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, chancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial. 6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa Recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da Recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido. (REsp



1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

25. Na mesma linha, veja-se o entendimento doutrinário predominante:

“2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais De acordo com o art. 52, inc. III, da LREF as ações e execuções dos credores proprietários – aqueles mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da LREF (proprietário fiduciário, arrendador mercantil, entre outros) - não se suspendem durante o período de proteção (stay period). Mesmo assim, durante o período de proteção, eventual ação visando à retomada do bem fica suspensa se este puder ser enquadrado no conceito de "bem de capital essencial a atividade empresarial" (art. 6º, § 4º c/c 49, § 3º) Acredita-se que o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível (art. 49, § 3º da LREF). Logo, os bens de capital do devedor seriam aqueles tangíveis de produção, como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, entre outros empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da Recuperanda. Nesses termos, já foram considerados bens essenciais à atividade da empresa os imóveis da sede e da planta industrial Recuperanda, bem como veículo (caminhão) utilizado por empresa de transportes e maquinários afeito ao processo produtivo de determinada indústria, entre tantos outros. De qualquer forma, não basta a mera alegação de que o bem é essencial à recuperação judicial; é indispensável que o devedor comprove ao juiz as características/qualidades técnicas do bem, aquelas que o tornam imprescindível para o exercício da atividade empresária em questão”. (João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea, Almedina, São Paulo, 2016, p. 285/287)



26. Entretanto, apesar de o e. Superior Tribunal de Justiça possuir a posição de que o crédito garantido por cessão fiduciária não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial, não se pode olvidar que o emprego da denominada “trava bancária” possui efeito negativo que, na grande maioria dos casos, ocasiona a inviabilização do processo de recuperação da empresa.

27. Assim, constitui pilar fundamental da LRF o princípio da preservação da empresa e de sua função social, sob o qual também estão amparados os interesses de todos os demais envolvidos no processo de superação da crise econômico-financeira da empresa, de modo que, ao art. 49, §3º da LRF deve ser conferida interpretação que não se distancie dos seus próprios princípios, cujo fim último é o de preservar a empresa.

28. Neste sentido, o interesse do credor fiduciário deve ser ponderado com o Princípio da Preservação da Empresa, assim como com os interesses de todos os demais credores envolvidos no processo recuperacional, de modo que a medida mais razoável e proporcional nessas situações é a mitigação parcial da “trava bancária”, quando o crédito possuir garantia de cessão fiduciária de recebíveis. É justamente esse o entendimento esposado, em reiterados julgamentos realizados pelo e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. **LIBERAÇÃO PARCIAL DE TRAVAS BANCÁRIAS**. MULTA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. O juízo de origem determinou a suspensão do curso das ações e execuções pendentes em face da requerente e de seu sócio. Todavia, a suspensão somente se estende ao sócio solidário, presente nas sociedades em que a responsabilidade pessoal é ilimitada, o que não é o caso da agravada. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de agravo de instrumento interposto pelo Banco Safra S. A. contra a mesma decisão ora impugnada, esta Egrégia Oitava Câmara Cível decidiu pela manutenção da liberação parcial das travas bancárias. **Embora o crédito garantido por cessão fiduciária, em regra, não esteja submetido à recuperação judicial, a utilização da trava bancária poderia obstaculizar o**



êxito da recuperação. A decisão deve ser mantida neste particular, considerando a essencialidade dos valores e o princípio da preservação da empresa. Precedentes desta Corte Estadual. No que tange à determinação da suspensão dos débitos automáticos, também se revelou correta, de modo a viabilizar a possibilidade de recuperação da agravada. Multa fixada para cumprimento de obrigação de fazer que deve ser suficiente para compelir o devedor a cumprir a obrigação, mas sem que atinja um patamar excessivo, sob pena de configurar enriquecimento sem causa. Deve ser considerada também a natureza das obrigações e as partes envolvidas, em especial diversas instituições financeiras, para as quais uma multa fixada em patamar mais baixo poderia ser insuficiente. O valor arbitrado, na quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por dia, revelou-se razoável e adequado ao caso em análise. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO para afastar a determinação de suspensão das ações e execuções em face dos sócios da Recuperanda. (0015932- 67.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Augusto Alves Moreira Junior - Julgamento: 14/02/2017 - Oitava Câmara Cível) (alguns grifos não integram o original)

EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **LEVANTAMENTO DA CHAMADA "TRAVA BANCÁRIA", VALORES QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA,** E, COMO TAIS, SUBMETEM-SE AO REGIME DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/2005, QUE EXCLUI O REFERIDO CRÉDITO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO DA NORMA COM O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.** LEVANTAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADO NO LIMITE DE 60% DOS RECEBÍVEIS, PARA, DE UM LADO, ATENDER À LEI DE REGÊNCIA, E, DE OUTRO, PERMITIR O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO REMANESCENTE COMO QUIROGRAFÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (0059541-03.2016.8.19.0000 - Agravo



De Instrumento, Des(A). Custódio De Barros Tostes - Julgamento: 25/04/2017 - Primeira Câmara Cível) (grifamos)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. **Antecipação dos efeitos da tutela deferida para a parcial liberação de "trava bancária", decorrente de mútuo avençado com cessão fiduciária de direitos creditórios.** Irresignação. Possibilidade de solução monocrática. Verbete nº 59 da Súmula da Jurisprudência Predominante deste Egrégio Tribunal de Justiça. Decisum que apresenta a necessária fundamentação, amparada em interpretação da legislação pertinente conferida pelos Tribunais pátrios e nas provas dos autos, e que não se revela extravagante diante dos contornos da matéria apreciada. **Procedimento recuperatório respaldado nos Princípios da Preservação da Empresa e da sua Função Social. Finalidade precípua que consiste em viabilizar o soerguimento e reestruturação da Demandante, com o intuito de preservar o interesse daqueles atingidos por sua debilidade financeira - trabalhadores, credores e sociedade -, por meio de concessão de lapso temporal para a elaboração de plano de saneamento, bem como de medidas legais inibitórias da redução do seu patrimônio por atos de constrição no período.** Controvérsia acerca da natureza dos créditos que não afasta a vedação legal ao esvaziamento da empresa Recuperanda quanto aos bens necessários à manutenção de sua atividade econômica. Inteligência da norma limitadora de direitos prevista no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05. Regra de exceção, cuja boa hermenêutica impõe interpretação restritiva, vedada qualquer forma de presunção, analogia ou ampliação. **Imprescindibilidade do destravamento dos valores retidos ao cumprimento do programa recuperatório. Imperativa ponderação dos interesses conflitantes que conduz à necessária prevalência, por ora, do objetivo prioritário da legislação regente sobre a pretensão da Agravante quanto à imediata satisfação de seu crédito. Precedentes desta Colenda Corte.** Manutenção da decisão agravada que se impõe. Desprovisionamento do recurso, com



fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC. (0038015-14.2015.8.19.0000 - AI, Des(A). Sérgio Nogueira De Azeredo - Julgamento: 05/04/2016 - Décima Nona Câmara Cível) (grifos não integram o original).

29. Sendo assim, fixados objetivamente os critérios adotados por esta Administração Judicial, passa-se à análise específica de cada uma das 13 (treze) divergências e 06 (seis) habilitações de crédito administrativas, apresentadas pelos credores das Recuperandas.

30. Por derradeiro, cumpre elucidar que, com o objetivo de promover maior efetividade ao procedimento de apuração do passivo adotado pela Administração Judicial, foi oportunizado o contraditório às Recuperandas quanto às habilitações e divergências administrativas.

III. Da análise das habilitações e divergências apresentadas

III.1 Classe I – Créditos trabalhistas

Lucas de Paiva Lino

31. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Lucas de Paiva Lino, por meio de correio eletrônico, na qual requer a minoração do valor do crédito listado em seu favor na classe trabalhista (classe I), qual seja, R\$ 110.241,87 (cento e dez mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos), para que passe a constar o valor de R\$ 35.070,38 (trinta e cinco mil setenta reais e trinta e oito centavos).

32. Em suas razões, explica que a diferença entre valores *supra* indicados reside no fato de que o valor listado foi requerido na inicial da demanda trabalhista, enquanto o valor que ora indica como sendo devido é o valor determinado na sentença.



33. A despeito de o credor não ter apresentado qualquer documento na instrução da divergência, as Recuperandas concordaram com o pleito de minoração, motivo pelo qual esta Administração Judicial acolhe a divergência, a fim de que passe a constar o valor de R\$ 35.070,38 (trinta e cinco mil setenta reais e trinta e oito centavos) em favor de Lucas de Paiva Lino, na classe I (trabalhistas).

III.2 Classe III – Créditos quirografários

III.2.a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Valecred

34. Trata-se de habilitação de crédito apresentada pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Valecred, através de correio eletrônico, na qual aduz que é credor do valor atualizado de R\$ 97.350,53 (noventa e sete mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta e três centavos), oriundo de Termo de Confissão de Dívida.

35. O FIDC Valecred afirma que as Recuperandas realizaram o pagamento de sete parcelas da confissão de dívida sobredita, que seguiu anexa à habilitação, junto à memória de cálculo abaixo colacionada:

MEMÓRIA DE CÁLCULO

TÍTULO	VALOR	VENCIMENTO	CORREÇÃO (TJSP)			MORA (1%)	MULTA (10%)	VALOR TOTAL
RN 08/18	R\$ 1.495,52	26/11/2023	92.566389	94.638077	R\$ 1.528,99	R\$ 164,51	R\$ 149,55	R\$ 1.843,05
RN 09/18	R\$ 7.873,00	26/12/2023	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 10/18	R\$ 7.873,00	26/01/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 11/18	R\$ 7.873,00	26/02/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 12/18	R\$ 7.873,00	26/03/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 13/18	R\$ 7.873,00	26/04/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 14/18	R\$ 7.873,00	26/05/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 15/18	R\$ 7.873,00	26/06/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 16/18	R\$ 7.873,00	26/07/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 17/18	R\$ 7.873,00	26/08/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
RN 18/18	R\$ 7.873,00	26/09/2024	92.566389	94.638077	R\$ 8.049,20	R\$ 866,03	R\$ 787,30	R\$ 9.702,53
VALOR TOTAL								R\$ 98.868,37
CUSTAS INICIAIS								R\$ 1.977,37

*A correção e a mora cobrada, foi em consonância com o vencimento antecipado previsto no corpo do instrumento.



36. Da análise da confissão de dívida, verifica-se que, de fato, convencionou-se o pagamento de R\$ 141.714,00 (cento e quarenta e um mil setecentos e quatorze reais) em 18 (dezoito) parcelas no valor de R\$ 7.873,00 (sete mil oitocentos e setenta e três reais), iniciando-se em 26 de abril de 2023, e findando-se 26 de setembro de 2024.

37. Verificou-se, ainda, que a referida avença prevê que o não pagamento da dívida no prazo estabelecido redunde no acréscimo de pena convencional irredutível de 10% (dez por cento) do valor da dívida, sem prejuízo da correção monetária pelo índice do INPC/IBGE e dos juros moratórios legais de 1% ao mês, ambos incidentes desde a data do vencimento do débito acordado, além do vencimento integral do saldo devedor existente.

38. Contudo, o cálculo apresentado não indica o marco final de atualização dos valores, este que, no presente caso, deve ser a data do pedido de recuperação judicial – 18 de junho de 2024 – a teor do que dispõe o art. 9º, II, da LRF, o que impossibilita o acolhimento do pleito por esta Administração Judicial.

39. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, entenderam pela necessidade de apresentação de planilha com a escoreita atualização.

40. Assim, diante do não atendimento ao que determina a Lei de regência, rejeita-se a habilitação, ciente o credor da possibilidade de ajuizar incidente de habilitação retardatária de crédito após a publicação do Edital a que alude o art. 7º, §2º, da LRF.

III.2.b RNX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial

41. O RNX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial enviou e-mail a esta Administração Judicial apenas informando e requerendo o seguinte:

“[C]onforme consta nos autos supracitados, a RNX FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS



*MULTISSETORIAL fora relacionada no edital de rol de credores da presente Recuperação Judicial (fls. 4.439 – 4.442), no importe de R\$32.486,76 (trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos), classificado como credora quirografária. Isto posto, requer-se a **HABILITAÇÃO**, na qualidade de credora.”*

42. Logo, atesta-se que não há nada a ser feito em relação ao credor em questão, que inclusive não apresentou qualquer documento relativo ao seu crédito, o que foi observado pelas Recuperandas na ocasião do contraditório administrativo, pelo que o crédito será mantido tal como listado.

III.2.c Sicoob Leste

43. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Sicoob Leste, através de correio eletrônico, na qual afirma ser credora da Recuperanda Lira & kamarowski Comércio Atacadista e Importação de Alimentos Ltda. pelo valor de R\$ 13.751,35 (treze mil setecentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), relativo a cartão de crédito com saldo limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

44. Em anexo à habilitação, foram apresentadas faturas dos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2024, além de uma planilha que não indica a data de atualização dos valores. Veja-se:

Informações Básicas	
Limites e Situação	
Nº Conta Cartão	7563360021562
Limite de crédito	20.000,00
Limite saque à vista	5.000,00
Vencimento Fatura	3
Estado da Conta	Bloqueio do crédito
Data Estado	06/09/2024
Data Inadimplência	
Data Última Compra	06/09/2024
Dados de Débito Aut.	Banco: 756 Agência: 3360 Conta Corrente: 23930
Valor Déb. Automático	Pagamento Total
Disponíveis - Conta com limite único	
Crédito	6.248,65
Saque	5.000,00
Valores a Pagar (sem juros calculados)	
Valor Próxima Fatura	5.067,43
Dívida Consolidada	13.751,35



45. Além disso, verificou-se que as faturas dos meses de julho a setembro de 2024 compreendem valores posteriores à data do pedido de recuperação judicial, 18 de junho de 2024, parecendo se tratar de dívida não sujeita ao concurso de credores, na forma do art. 49 da LRF.

46. As Recuperandas, em contraditório administrativo, se opuseram à habilitação, sob o fundamento de que não reconhecem a existência da dívida, e de que está sendo cobrado o limite do crédito, este que não teria sido utilizado.

47. Ante o exposto, este Administrador Judicial rejeita a habilitação, ciente o credor da possibilidade de ajuizar incidente de habilitação retardatária de crédito após a publicação do Edital a que alude o art. 7º, §2º, da LRF.

III.2.d Valorem Soluções Financeiras

48. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Valorem Soluções Financeiras, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão do crédito no valor de R\$ 265.682,29 (duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos) em seu favor.

49. Em suas razões, aduz que realizou operação de cessão de crédito, consubstanciada no *Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Crédito para Fins de Securitização nº 1*, por meio do qual a Recuperanda Lira Alimentos cedeu seus direitos creditórios de operações realizadas no segmento comercial, mediante a assinatura de termos aditivos que individualizaram as duplicatas mercantis de serviços.

50. De acordo com a Requerente, foram cedidos os seguintes títulos:



CESSÃO DE TÍTULOS			
Documento	Vencimento	Sacado	Valor Face
20712001	10/05/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712002	25/05/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712003	10/06/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712004	25/06/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712005	10/07/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712006	25/07/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712007	10/08/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712008	25/08/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712009	10/09/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712010	25/09/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712011	10/10/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
20712012	24/10/2023	LIRA E KAMAROWSKI COMERCIO ATACADISTA	20.155,00
TOTAL:			241.860,00

51. Afirma que o valor total dos títulos, acima indicado, – **R\$ 241.860,00** – atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, 18 de junho de 2024, perfaz a quantia que ora requer seja habilitada – **R\$ 265.682,29** (duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos).

52. Em anexo à divergência, a Requerente apresentou o instrumento particular de cessão de crédito, *Termo de Securitização de Direitos Creditórios vinculados à Emissão de Debêntures nº 230427002*, Nota Fiscal nº 20712, além de planilha de cálculo.

53. Ocorre que, para além de não ter sido demonstrado o inadimplemento dos títulos cedidos, o valor original indicado no cálculo apresentado pela Requerente – **R\$ 226.085,30** – não guarda relação com nenhum outro documento, o que inviabiliza o acolhimento do pleito por esta Administração Judicial. Confira-se:

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 1002018-70.2023.8.26.0260	Página 1 / 1
Credor : VALOREM SOLUÇÕES FINANCEIRAS	
Devedor : LIRA ALIMENTOS	Atualizado para 18.06.2024
Correção Monetária: IGP-M (FGV) (27.04.2023 a 18.06.2024)	
Juros: 12% ao ano (27.04.2023 a 18.06.2024)	

Principal						
Data	Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
27.04.2023	R\$ 226.085,30	Termo de Securitização de Direitos Creditórios vinculados à Emissão de Debêntures Nº 2304270002	1,0399485	235.117,07	30.565,22	265.682,29
A transportar:		226.085,30		235.117,07	30.565,22	265.682,29

Resumo da Planilha	
Descrição	Valor Atualizado
Principal	265.682,29
Total Geral	R\$ 265.682,29



54. Dessa forma, rejeita-se a habilitação, ciente a Requerente da possibilidade de apresentar habilitação retardatária de crédito após a publicação do Edital a que alude o art. 7º, §2º, da LRF.

III.2.e Banco Bradesco S.A.

55. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Bradesco S.A., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor total do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), qual seja, R\$ 2.381.759,11 (dois milhões trezentos e oitenta e um mil setecentos e cinquenta e nove reais e onze centavos).

56. Em suas razões, o Banco Bradesco aduz que seu crédito tem origem nos seguintes contratos:

- CARTÃO DE CRÉDITO VISA EMPRESARIAL 4551 XXXX XXXX 3139, no valor de R\$104.223,53;

- CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO – CAPITAL DE GIRO Nº 16.004.319, no valor de R\$ 509.393,66;

- DESCOBERTO EM CONTA CORRENTE 15000, no valor de R\$7.335,29;

- ACORDO COMERCIAL PARA DESCONTO DE DUPLICATAS FÍSICAS E ESCRITURAIS, CHEQUES E ANTECIPAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS (842), no valor de R\$ 2.346.251,88;

- CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO – CAPITAL DE GIRO Nº 15.528.686, no valor de R\$ 37.382,43;

- CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO – CAPITAL DE GIRO Nº 15.599.142, no valor de R\$ 256.367,04.



57. Afirma, ainda, que os dois últimos contratos – nº 15.528.686 e 15.599.142 – contam com garantia de cessão fiduciária de títulos de capitalização, descritos nas respectivas cédulas, e que, por reconhecer seu direito real de propriedade sobre a garantia em questão, listou o valor de R\$ 3.260.953,83 (três milhões duzentos e sessenta mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos) como sendo o total das operações apurado na data do pedido da recuperação judicial – 18 de junho de 2024 – mas se valerá de seu direito de proprietário da garantia, no sentido de utilizá-la para amortização do crédito, o que seria informado a este r. Juízo, para o fim de deduzir do *quantum* listado.

58. Ao final, o Banco Bradesco requereu a retificação da relação de credores de modo a corrigir o valor e classificação do seu crédito, sendo quirografário, no total de R\$3.260.953,83 (três milhões duzentos e sessenta mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos), ressaltando-se o direito de expropriação da garantia de cessão fiduciária de títulos de capitalização.

59. Em anexo à divergência, apresentou os contratos nº 16.004.319, 15.528.686, 15.599.142 e 842 (674716), faturas de cartão Visa empresarial dos meses de junho de 2023 a junho de 2024, extrato da conta nº 0015000-2, bem como as respectivas planilhas de débitos, documentos comprobatórios, a que alude o art. 9º, III, da LRF.

60. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram não se opor a atualização do crédito até 18 de junho de 2024, discordando, por outro lado, da aplicação de juros remuneratórios e multa, por entender serem inexigíveis em decorrência do *stay period* vigente desde a cautelar.

61. Sobre a forma de atualização mencionada pelas Recuperandas, esta Administração Judicial pontua que os créditos sujeitos à presente recuperação judicial devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação – 18 de junho de 2024 – o que, a nosso ver, inclui todos os encargos eventualmente existentes em contratos firmados com credores concursais.

62. Ante o exposto, acolhe-se a divergência, a fim de passe a constar o valor de R\$ 3.260.953,83 (três milhões duzentos e sessenta mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos), em favor do Banco Bradesco S.A., na classe III (quirografários).



III.2.f Banco do Brasil S.A.

63. O Banco do Brasil S.A. enviou divergência de crédito a esta Administração Judicial, através de correio eletrônico, por meio da qual requer a majoração do valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), isto é, R\$ 4.773.520,29 (quatro milhões setecentos e setenta e três mil quinhentos e vinte reais e vinte e nove centavos), para que passe a constar o valor de R\$ 5.864.263,62 (cinco milhões oitocentos e sessenta e quatro mil e duzentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

64. Em suas razões, o Banco do Brasil afirma que seu crédito decorre dos contratos nº 699.807.916, 699.807.935 e 699.807.941, os quais seguiram anexos à divergência, juntamente às memórias de cálculo, atualizadas até 18 de junho de 2024, em cumprimento ao que determina o art. 9º, II e III, da LRF.

65. Contudo, esta Administração Judicial não logrou êxito em correlacionar os valores constantes dos cálculos com os contratos respectivos, podendo citar como exemplo o contrato nº 699.807.941, que prevê o pagamento da operação de crédito no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) em 41 (quarenta e uma) parcelas, vencendo-se a primeira em 18 de novembro de 2023. Veja-se:

Quantidade de Parcelas: 41 (QUARENTA E UMA) parcelas de capital.

Cronograma de Pagamento:	em 18/11/2023,	R\$39.024,39,	em
18/12/2023,	R\$39.024,39,	em 18/01/2024,	R\$39.024,39,
18/02/2024,	R\$39.024,39,	em 18/03/2024,	R\$39.024,39,
18/04/2024,	R\$39.024,39,	em 18/05/2024,	R\$39.024,39,
18/06/2024,	R\$39.024,39,	em 18/07/2024,	R\$39.024,39,
18/08/2024,	R\$39.024,39,	em 18/09/2024,	R\$39.024,39,
18/10/2024,	R\$39.024,39,	em 18/11/2024,	R\$39.024,39,
18/12/2024,	R\$39.024,39,	em 18/01/2025,	R\$39.024,39,
18/02/2025,	R\$39.024,39,	em 18/03/2025,	R\$39.024,39,
18/04/2025,	R\$39.024,39,	em 18/05/2025,	R\$39.024,39,
18/06/2025,	R\$39.024,39,	em 18/07/2025,	R\$39.024,39,
18/08/2025,	R\$39.024,39,	em 18/09/2025,	R\$39.024,39,
18/10/2025,	R\$39.024,39,	em 18/11/2025,	R\$39.024,39,
18/12/2025,	R\$39.024,39,	em 18/01/2026,	R\$39.024,39,
18/02/2026,	R\$39.024,39,	em 18/03/2026,	R\$39.024,39,
18/04/2026,	R\$39.024,39,	em 18/05/2026,	R\$39.024,39,
18/06/2026,	R\$39.024,39,	em 18/07/2026,	R\$39.024,39,
18/08/2026,	R\$39.024,39,	em 18/09/2026,	R\$39.024,39,
18/10/2026,	R\$39.024,39,	em 18/11/2026,	R\$39.024,39,
18/12/2026,	R\$39.024,39,	em 18/01/2027,	R\$39.024,39,
18/02/2027,	R\$39.024,39,	em 18/03/2027,	R\$39.024,40.



66. Enquanto na memória de cálculo consta o seguinte:

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplimento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
21.03.2023	CAPITAL UTILIZAÇÃO	-1.600.000,00			-1.600.000,00					-1.600.000,00
21.03.2023	IOF	-29.526,40			-1.629.526,40					-1.629.526,40
21.03.2023	AMORTIZACAO		29.526,40		-1.600.000,00					-1.600.000,00
18.04.2023	Juros	-23.731,49			-1.623.731,49					-1.623.731,49
19.05.2023	AMORTIZACAO		598,77		-1.623.132,72					-1.623.132,72
18.05.2023	Juros	-25.817,33			-1.648.950,05					-1.648.950,05
06.06.2023	AMORTIZACAO		50.763,83		-1.598.186,22					-1.598.186,22
18.06.2023	Juros	-26.778,06			-1.624.964,28					-1.624.964,28
20.06.2023	AMORTIZACAO		26.860,00		-1.598.104,28					-1.598.104,28
18.07.2023	Juros	-25.438,54			-1.623.542,82					-1.623.542,82
20.07.2023	AMORTIZACAO		29.993,55		-1.593.549,27					-1.593.549,27
18.08.2023	Juros	-26.220,96			-1.619.770,23					-1.619.770,23
18.08.2023	TRANSF. DE SALDO			1.619.770,23	-					-
18.08.2023	TRANSF. DE SALDO				-			-1.619.770,23	-1.619.770,23	-1.619.770,23
18.09.2023	Juros				-	-26.619,84			-1.646.390,07	-1.646.390,07
18.10.2023	Juros				-	-26.177,60			-1.672.567,67	-1.672.567,67

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplimento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
18.11.2023	Juros				-	-27.487,53			-1.700.055,20	-1.700.055,20
18.12.2023	Juros				-	-27.030,88			-1.727.086,08	-1.727.086,08
18.01.2024	Juros				-	-28.383,51			-1.755.469,59	-1.755.469,59
18.02.2024	Juros				-	-28.849,97			-1.784.319,56	-1.784.319,56
18.03.2024	Juros				-	-27.417,78			-1.811.737,32	-1.811.737,32
18.04.2024	Juros				-	-29.774,69			-1.841.512,01	-1.841.512,01
18.05.2024	Juros				-	-29.280,04			-1.870.792,05	-1.870.792,05
18.06.2024	Juros				-	-30.745,22			-1.901.537,27	-1.901.537,27
18.06.2024	Juros de Mora				-	-177.203,13			-2.078.740,40	-2.078.740,40
18.06.2024	Multa				-	-41.574,81			-2.120.315,21	-2.120.315,21
Saldo Devedor em 18.06.2024										-2.120.315,21

67. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas aduziram que os documentos enviados pelo credor não demonstram adequadamente a divergência.

68. Assim, diante da impossibilidade de correlacionar os valores, o que impossibilita a correta verificação do crédito, esta Administração Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito tal como listado, isto é, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 4.773.520,29 (quatro milhões setecentos e setenta e três mil quinhentos e vinte reais e vinte e nove centavos).

III.2.g Bon-Mart Frigorífico Ltda.

69. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Bon-Mart Frigorífico Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), isto é, R\$ 1.336.017,99 (um milhão trezentos e trinta e três mil dezessete reais e noventa e nove centavos), e afirma ser credor do valor total de R\$ 2.125.045,55 (dois milhões cento e vinte e cinco mil quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).



70. O referido credor aduz que o montante listado em seu favor decorre das Notas Fiscais nº 641038, 641040, 646068, 63784, 63794, 64037 e 64278, mas que diverge dos valores das referidas notas, faltando incluir o valor de R\$ 4.644,43, além de não contar com a atualização até a data do pedido de recuperação judicial, que se deu em 18 de junho de 2024.

71. Para melhor ilustrar, apresentou a tabela abaixo:

Títulos Já incluídos - Divergências								
Item	Título (Notas Fiscais)	Emissão	Valor Original	Valor Listado	Vencimento	Índice da época (INPI/TJSP)	Índice no pedido (18/06/2024)	Valor Atualizado
1	63794	06/05/2024	R\$ 103.001,60	R\$ 103.001,60	05/06/2023	92,344888	95,663744	R\$ 106.703,46
2	646068	17/05/2023	R\$ 320.283,95	R\$ 320.283,95	07/06/2023	92,344888	95,663744	R\$ 331.794,89
3	64037	13/05/2023	R\$ 52.525,68	R\$ 48.875,00	12/06/2023	92,344888	95,663744	R\$ 54.413,44
4	64278	25/05/2023	R\$ 112.059,60	R\$ 112.059,60	24/06/2023	92,344888	95,663744	R\$ 116.087,00
5	63794	08/05/2023	R\$ 56.303,69	R\$ 55.308,94	07/06/2023	92,344888	95,663744	R\$ 58.327,23
6	641040	20/03/2023	R\$ 283.988,69	R\$ 283.988,69	19/04/2023	91,528538	95,663744	R\$ 296.819,13
7	641038	20/03/2023	R\$ 412.500,21	R\$ 412.500,21	21/04/2023	91,528538	95,663744	R\$ 431.136,73
			R\$ 1.340.663,42	R\$ 1.336.018,99				R\$ 1.395.281,88
			Diferença (-):	R\$ 4.644,43			Diferença (+):	R\$ 54.618,46

72. Alega que, sem prejuízo do crédito acima exposto, é credor de 09 folhas de cheque, no valor de R\$ 77.579,84 (setenta e sete mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) cada, que totalizam o valor de face de R\$ 698.218,56 (seiscentos e noventa e oito mil duzentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos), que, com a devida atualização até a datado pedido de recuperação, perfaz a quantia de R\$ 729.763,67 (setecentos e vinte e nove mil setecentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos).

73. Na instrução da divergência, apresentou as 07 (sete) notas fiscais acima indicadas – nº 641038, 641040, 646068, 63784, 63794, 64037 e 64278 – **ausentes os comprovantes de recebimento das mercadorias**, bem como os 09 (nove) cheques, todos devolvidos pelo motivo 21, que retrata a sustação pelo emissor ou a revogação do título por motivo de furto, por exemplo.

74. Consabido que, para a comprovação da dívida oriunda de nota fiscal de compra e venda de mercadoria, se faz necessário a apresentação dos comprovantes de recebimento, o que não se verifica no presente caso.



75. Quanto aos cheques, esta Administração Judicial igualmente não pôde promover a verificação do crédito supostamente existente, eis que não se trata de título devolvido por insuficiência de fundos, mas, sim, de título sustado ou revogado, cuja origem da obrigação de pagamento se desconhece.

76. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas apenas afirmaram que o valor de R\$ 4.644,43, indicado pelo credor, trata-se de devolução de mercadoria, conforme as NFs 20904 e 20925.

77. Diante do exposto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 1.336.017,99 (um milhão trezentos e trinta e três mil dezessete reais e noventa e nove centavos).

III.2.h Distressed Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados

78. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Distressed Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, por meio de correio eletrônico, na qual requer a retificação do crédito listado em favor de Red Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial LP, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$178.541,00 (cento e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e um reais), afirmando ser o verdadeiro titular do crédito, e que o valor correto é de R\$ 240.316,19 (duzentos e quarenta mil trezentos e dezesseis reais e dezenove centavos).

79. O Fundo Distressed alega, em suma, que a Recuperanda Lira Alimentos cedeu direitos creditórios ao Fundo Multisetorial, por meio de celebração de contrato de cessão, esta última que cedeu os créditos ao Distressed.

80. Aduz ter tomado conhecimento de que os direitos creditórios listados abaixo apresentaram vícios e irregularidades quanto à origem, ou seja, não representaram uma compra e venda concretizada, o que impossibilitou a cobrança em face dos respectivos devedores:



Direito Creditório	Vencimento	Valor "R\$"	Sacado-Devedor
80540-001	31/03/2023	55.400,00	Atacadão Comércio de Carnes Ltda
80541-001	24/04/2023	55.400,00	Atacadão Comércio de Carnes Ltda
82852-001	14/04/2023	3.218,85	Casa das Carnes Dois Irmãos Ltda
82852-002	21/04/2023	3.218,85	Casa das Carnes Dois Irmãos Ltda
82858-002	02/04/2023	793,21	Comercial de Alimentos Ibura Ltda
82897-001	21/04/2023	3.500,00	Comercial de Alimentos Zona Norte Ltda
82897-002	28/04/2023	3.500,00	Comercial de Alimentos Zona Norte Ltda
82897-003	05/05/2023	3.500,00	Comercial de Alimentos Zona Norte Ltda
19502-003	23/03/2023	8.502,52	RC Foods - Indústria e Comércio de Carnes Ltda
19502-004	24/03/2023	8.502,50	RC Foods - Indústria e Comércio de Carnes Ltda
82245-003	07/04/2023	8.166,66	Soares Barreto Distribuidora de Alimentos Ltda
82900-002	28/04/2023	3.500,00	Varejão Olinda Ltda
82900-003	05/05/2023	3.500,00	Varejão Olinda Ltda
82900-001	21/04/2023	3.500,00	Varejão Olinda Ltda
19996-001	17/04/2023	11.751,42	WL Produtos Alimentícios Ltda
19996-002	18/04/2023	11.751,42	WL Produtos Alimentícios Ltda

81. Neste cenário de ausência de lastro comercial dos créditos cedidos, a Recuperanda passou a ser responsável pela recompra dos títulos, tendo sido celebrado, em razão disso, instrumento de confissão de dívida, oportunidade em que a Lira Alimentos passou a ser devedora do valor de R\$ 205.264,00 (duzentos e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais), a ser pago em 13 parcelas.

82. Acrescenta que a Recuperanda efetuou o pagamento de apenas 02 parcelas, o que ocasionou o vencimento antecipado da dívida que, atualizada até 02 de julho de 2024, perfaz a quantia de R\$ 240.316,19 (duzentos e quarenta mil trezentos e dezesseis reais e dezenove centavos).

83. Em anexo à divergência, apresentou contrato e termo de cessão celebrados entre a Recuperanda e o Fundo Multisetorial, a confissão de dívida celebrada entre a Recuperanda e o Fundo Distressed e memória de cálculo atualizada até 02 de julho de 2024, data posterior ao pedido de recuperação judicial – 18 de junho de 2024 – em dissonância, portanto, à previsão contida no art. 9º, II, da LRF.

84. Na referida memória de cálculo, verifica-se que o valor em aberto relativo à confissão de dívida é exatamente o valor listado na relação de credores, qual seja, R\$178.541,00.



85. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, as Recuperandas reconheceram o crédito, mas informaram que deve ser atualizado de acordo com a legislação de regência.

86. Assim, considerando a incorreta atualização do crédito, acolhe-se parcialmente a divergência, apenas para alterar a titularidade, de modo que passe a constar o Distressed Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, sendo mantido o valor de R\$ 178.541,00 (cento e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e um reais), na classe III (quirografários), haja vista ser o saldo em aberto da confissão de dívida.

III.2.i Friesp Alimentos Ltda.

87. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Friesp Alimentos Ltda. – por meio de correio eletrônico – credor listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 166.885,01 (cento e sessenta e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais e um centavo), na qual requer a majoração para a quantia de R\$ 167.784,86 (cento e sessenta e sete mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

88. Em síntese, afirma que o crédito em questão tem origem em seis notas fiscais levadas a protesto, e que a diferença de R\$ 899,85 (oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) em relação ao valor listado refere-se a uma nota fiscal de devolução feita pela Recuperanda, que teria sido reembolsada em dinheiro pela Friesp.

89. Na instrução da divergência, apresentou as notas fiscais nº 114.660, 114.661, 114.662, 114.663 e 114.664, instrumentos de protesto, bem como decisão homologatória de acordo proferida no processo nº 0126349-11.2023.8.17.2001.

90. Vale destacar que o credor tentou, junto à divergência, habilitar o crédito de Moraes Jr. Advogados Associados, a título de honorários fixados no processo sobredito, que afirmou ter sido quitado em apenas uma parcela.



91. Contudo, além de ter apresentado apenas a decisão homologatória da avença, que não indica qualquer valor a título de honorários, deveria ter se atentado a necessidade de individualizar os pedidos de habilitação e divergência, que devem ser feitos por cada titular do crédito e instruídos de todos os documentos comprobatórios.

92. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas informaram oposição à divergência, sob o argumento de que o valor de R\$ 899,85 se refere à mercadoria devolvida.

93. No entendimento desta Administração Judicial, assiste razão às Recuperandas, já que, em se tratando de nota fiscal de devolução de mercadoria, conforme informado pelo próprio credor, não remanesce qualquer crédito em favor deste.

94. Assim, este Administrador Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito na forma como listado na classe III (quirografários), isto é, pelo valor de R\$166.885,01 (cento e sessenta e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais e um centavo).

III.2.j Premium Recebíveis I Multissetorial – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios

95. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Premium Recebíveis I Multissetorial – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, através de correio eletrônico.

96. Cumpre pontuar, de saída, que esta Administração Judicial não recepcionou a petição de divergência do credor, com suas razões, mas, apenas, os anexos que deveriam instruí-la.

97. Nos referidos anexos, consta o relatório de débitos abaixo colacionado, o qual carece de informações quanto à data final de atualização dos valores, sendo possível subentender que o credor pretende seja listado em seu favor a quantia de R\$212.321,51 (duzentos e doze mil trezentos e vinte e um reais e cinquenta e um centavos), e que o montante total dos títulos é exatamente o valor listado em seu favor na classe III (quirografários), isto é, R\$ 185.211,71 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e onze reais e setenta e um centavos). Veja-se:



PREMIUM RECEBIVEIS

Extrato do Cliente

Todos

PREMIUM RECEBIVEIS FIDC

Pág.: 1 13/08/2024 17:28:32

Cliente: 851-LIRA ALIMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Fone/Fax: 32578360 - 11 976019295

Período: 01/01/2000 a 27/07/2035

Data Refe.: 05/09/2023

identificação	Sacado	Ag't/Sit.	Docum.	Motivo Dt.Venc.	Vir Título	Multa	Atrs	Vir Atual D/C
1-1106614.(D/113)12	12.313.986/0001-39-L. C. MERCADINHO EIRELI ME	9999/999	80423-2	24/03/23	8.750.00	875.00	165	-10.117.21 D
1-1120216.(D/113)12	33.148.001/0001-37-JTF COMERCIO DE	9999/999	82748-1	06/04/23	17.733.33	1.773.33	150	-20.411.24 D
1-1120217.(D/113)12	33.148.001/0001-37-JTF COMERCIO DE	9999/999	82748-2	13/04/23	17.733.33	1.773.33	145	-20.380.35 D
1-1123436.(D/113)12	33.148.001/0001-37-JTF COMERCIO DE	9999/999	83291-1	15/04/23	11.750.00	1.175.00	143	-13.495.73 D
1-1120218.(D/113)12	33.148.001/0001-37-JTF COMERCIO DE	9999/999	82748-3	18/04/23	17.733.34	1.773.33	140	-20.349.53 D
1-1123436.(D/113)12	33.148.001/0001-37-JTF COMERCIO DE	9999/999	83291-2	20/04/23	11.750.00	1.175.00	138	-13.475.31 D
1-1124009.(D/113)12	25.275.381/0001-42-COMERCIAL DE ALIMENTOS	9999/999	83372-1	21/04/23	3.500.00	350.00	137	-4.012.71 D
1-1124003.(D/113)12	36.125.325/0001-48-COMERCIAL JARDIM DE	9999/999	83370-1	21/04/23	3.500.00	350.00	137	-4.012.71 D
1-1124012.(D/113)12	25.275.381/0001-42-COMERCIAL DE ALIMENTOS	9999/999	83373-1	21/04/23	3.500.00	350.00	137	-4.012.71 D
1-1124006.(D/113)12	36.125.325/0001-48-COMERCIAL JARDIM DE	9999/999	83371-1	21/04/23	3.500.00	350.00	137	-4.012.71 D
1-1123997.(D/113)12	29.589.788/0001-03-VAREJAO OLINDA LTDA	9999/999	83368-1	21/04/23	3.500.00	350.00	137	-4.012.71 D
1-1123437.(D/113)12	33.148.001/0001-37-JTF COMERCIO DE	9999/999	83291-3	25/04/23	11.750.00	1.175.00	133	-13.454.93 D
1-1124010.(D/113)12	25.275.381/0001-42-COMERCIAL DE ALIMENTOS	9999/999	83372-2	28/04/23	3.500.00	350.00	130	-4.004.21 D
1-1124007.(D/113)12	36.125.325/0001-48-COMERCIAL JARDIM DE	9999/999	83371-2	28/04/23	3.500.00	350.00	130	-4.004.21 D
1-1124013.(D/113)12	25.275.381/0001-42-COMERCIAL DE ALIMENTOS	9999/999	83373-2	28/04/23	3.500.00	350.00	130	-4.004.21 D
1-1124004.(D/113)12	36.125.325/0001-48-COMERCIAL JARDIM DE	9999/999	83370-2	28/04/23	3.500.00	350.00	130	-4.004.21 D
1-1123998.(D/113)12	29.589.788/0001-03-VAREJAO OLINDA LTDA	9999/999	83368-2	28/04/23	3.500.00	350.00	130	-4.004.21 D
1-1124001.(D/113)12	29.589.788/0001-03-VAREJAO OLINDA LTDA	9999/999	83369-2	28/04/23	3.500.00	350.00	130	-4.004.21 D
1-1123712.(D/113)12	33.414.205/0001-72-LAGOA ENCANTADA	9999/999	83341	30/04/23	2.250.00	225.00	128	-2.572.58 D
1-1123713.(D/113)12	33.414.205/0001-72-LAGOA ENCANTADA	9999/999	83342	30/04/23	2.250.00	225.00	128	-2.572.58 D
1-1123710.(D/113)12	29.761.734/0001-75-IPUTINGA COMERCIO DE	9999/999	83339	30/04/23	3.000.00	300.00	128	-3.430.11 D
1-1123438.(D/113)12	30.725.878/0001-55-J.C COMERCIO DE CARNES	9999/999	20210-1	02/05/23	5.252.93	525.29	126	-6.002.40 D
1-1123439.(D/113)12	30.725.878/0001-55-J.C COMERCIO DE CARNES	9999/999	20210-2	03/05/23	5.252.93	525.29	125	-6.000.58 D
1-1123440.(D/113)12	30.725.878/0001-55-J.C COMERCIO DE CARNES	9999/999	20210-3	04/05/23	5.252.93	525.29	124	-5.998.77 D
1-1123999.(D/113)12	29.589.788/0001-03-VAREJAO OLINDA LTDA	9999/999	83368-3	05/05/23	3.500.00	350.00	123	-3.995.74 D
1-1124002.(D/113)12	29.589.788/0001-03-VAREJAO OLINDA LTDA	9999/999	83369-3	05/05/23	3.500.00	350.00	123	-3.995.74 D
1-1124011.(D/113)12	25.275.381/0001-42-COMERCIAL DE ALIMENTOS	9999/999	83372-3	05/05/23	3.500.00	350.00	123	-3.995.74 D
1-1124014.(D/113)12	25.275.381/0001-42-COMERCIAL DE ALIMENTOS	9999/999	83373-3	05/05/23	3.500.00	350.00	123	-3.995.74 D
1-1124005.(D/113)12	36.125.325/0001-48-COMERCIAL JARDIM DE	9999/999	83370-3	05/05/23	3.500.00	350.00	123	-3.995.74 D
1-1124008.(D/113)12	36.125.325/0001-48-COMERCIAL JARDIM DE	9999/999	83371-3	05/05/23	3.500.00	350.00	123	-3.995.74 D
1-1123441.(D/113)12	30.725.878/0001-55-J.C COMERCIO DE CARNES	9999/999	20210-4	05/05/23	5.252.92	525.29	123	-5.996.94 D
					185,211.71	18,521.15		-212,321.51
Total do Relatório :					-185,211.71			-212,321.51
Total dos Títulos:		-212,321.51	-(0031)	**Total da Multa: 18,521.15				
Total das Tarifas:		0.00	-(0000)					
Total das Pend. Financ.:		0.00	-(0000)					

98. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas destacaram que os valores apresentados foram atualizados até data posterior ao pedido de recuperação judicial, em dissonância à previsão contida no art. 9º, II, da LRF.

99. Assim, diante da não apresentação das razões de divergência, mas, apenas, dos anexos, e da ausência de informação quanto ao marco final de atualização do crédito, que, como sabido, deve ser o dia 18 de junho de 2024, data do pedido de recuperação judicial, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado na relação de credores, isto é, pelo valor de R\$ 185.211,71 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e onze reais e setenta e um centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).



III.2.I RRX Comércio de Carnes Ltda.

100. A RRX Comércio de Carnes Ltda., listada na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 53.815,65 (cinquenta e três mil oitocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), enviou e-mail a esta Administração Judicial, em resposta à correspondência recebida na forma do art. 22, I, "a", da LRF, informando que o débito das Recuperandas se encontrado quitado, o que foi recebido como divergência.

101. Em contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram sua não oposição à exclusão do crédito, diante da informação de quitação.

102. Dessa forma, acolhe-se a divergência, de modo a **excluir** o crédito listado na classe III (quirografários) em favor da RRX Comércio de Carnes Ltda., pelo valor de R\$ 53.815,65 (cinquenta e três mil oitocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos).

III.2.m Cooperativa de Crédito Sicredi

103. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela Cooperativa de Crédito Sicredi, por meio de correio eletrônico, na qual pugna pela exclusão do crédito listado em seu favor na classe de credores quirografários (classe III), pelo valor de R\$3.819.866,00 (três milhões oitocentos e dezenove mil oitocentos e sessenta e seis reais), sob o argumento de que não se submete aos efeitos da recuperação judicial.

104. A referida credora afirma, em síntese, que seu crédito tem origem no "*Instrumento Particular de Consolidação, Confissão, Renegociação e Composição de Dívida e Outras Avenças*", firmando com a Recuperanda Lira Alimentos e demais devedores solidários, por meio do qual houve a consolidação da dívida das seguintes operações:



TÍTULO	VALOR ATUALIZADO
C21231006-9	R\$ 2.087.194,65
C31230392-7	R\$ 56.083,17
C31230391-9	R\$ 55.037,45
C11230696-0	R\$ 60.118,51
C11631344-3	R\$ 100.665,65
C21230248-1	R\$ 390.857,78
C11231737-6	R\$ 1.224.736,42
C31231209-8	R\$ 193.814,94
C31230962-3	R\$ 135.337,57
C11230307-3	R\$ 49.957,32
C11230456-8	R\$ 11.175,71
C11232073-3	R\$ 19.803,84
C21230895-1	R\$ 52.707,90
C21230908-7	R\$ 43.870,94
C21230870-6	R\$ 90.512,08
C21230922-2	R\$ 100.432,26
Conta corrente 67507-0	R\$ 60.600,17
Conta corrente 6415-5 (limite cheque especial)	R\$ 53.149,11
Cartão de crédito 000496045XXXXX0006	R\$ 17.068,62
Conta corrente 67060-0 (limite cheque especial)	R\$ 54.420,91
Conta corrente 86837-0 (limite cheque especial)	R\$ 5.528,50
Cartão de crédito 000527680XXXXX7003	R\$ 10.998,68
Conta corrente 6311-5 (limite cheque especial)	R\$ 37.746,42
Cartão de crédito 000496045XXXXX0000	R\$ 51.572,15
TOTAL	R\$ 4.963.390,75

105. Aduz, ainda, que no referido instrumento há previsão de manutenção das garantias fiduciárias – cessão e alienação – o que demonstraria a não sujeição do crédito à recuperação judicial, na forma do art. 49, §3º, da LRF.

106. Confira-se na Cláusula Sexta:

CLÁUSULA SEXTA

As partes concordam com a manutenção de todas as garantias (cessão fiduciária e alienação fiduciária de veículos/caminhões) estabelecidas nas Cédulas de Crédito Bancário que, por força da presente transação, passam a garantir integralmente o valor confessado na clausula primeira deste instrumento, reconhecendo os DEVEDORES ORIGINÁRIOS, AVALISTA e DEVEDORES SOLIDÁRIOS que os bens cedidos em garantia são substituíveis e, assim, não são essenciais às atividades empresariais das DEVEDORAS em Recuperação Extrajudicial, permitindo-se à CREDORA, em caso de inadimplência, valer-se das medidas judiciais cabíveis, a seu exclusivo critério, para excussão destas garantias, assim que ocorra o inadimplemento.



107. Acrescenta que a Recuperanda reconheceu expressamente que as operações são típicos atos cooperativos, o que, conforme art. 6º, §13º, da LRF, também demonstraria a extraconcursabilidade do crédito.

108. As Recuperandas, ao se manifestarem em contraditório administrativo, não se opuseram a divergência, haja vista a existência de garantia fiduciária.

109. A divergência foi devidamente instruída com o “*Instrumento Particular de Consolidação, Confissão, Renegociação e Composição de Dívida e Outras Avenças*”, com as Cédulas de Crédito Bancário nº 21231006-9, 11230696-0, 11230307-3, 21230870-6 e 21230922-2, garantidas por alienação e cessão fiduciária de bens de direitos, parecer de Manoel Justino Bezerra Filho sobre os créditos decorrentes de atos cooperativos e, por fim, o Projeto de Lei nº 6.229/2005.

110. Nessa ordem de ideias, considerando a apresentação dos documentos comprobatórios, bem como a concordância da parte devedora, esta Administração Judicial acolhe a divergência, de modo **excluir** o crédito listado em favor da Cooperativa de Crédito Sicredi, listado na quirografários (classe III).

III.2.n Terras Raras FIDC Não Padronizados Multissetorial NP

111. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Terras Raras FIDC Não Padronizados Multissetorial NP, através de correio eletrônico, na qual requer a majoração do valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), qual seja, R\$ 268.470,64 (duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), para que passe a constar o valor de R\$ 300.054,49 (trezentos mil cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

112. O Terras Raras FIDC afirma que seu crédito tem origem no contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças firmado com a Lira Alimentos, e que, no decorrer da relação entre as partes, foram pactuados alguns termos de cessão de crédito de duplicatas emitidas pela Recuperanda.



113. Aduz que, neste cenário, alguns sacados deixaram de adimplir com as duplicatas decorrentes das operações de compra e venda dos produtos produzidos pela Lira Alimentos, esta que também não teria honrado com o pagamento dos títulos.

114. Acrescenta que o valor listado pelas Recuperandas é apenas o débito nominal, *sem os encargos devidos até o deferimento da Recuperação Judicial*.

115. Na instrução da divergência, o Terras Raras FIDC apresentou o contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o termo de cessão de direitos creditórios nº 3294, bem como planilha de débitos.

116. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas concordaram com a aplicação de juros, mas discordaram do montante relativo à multa, por entenderem ser inexigível em decorrência do *stay period* vigente desde a tutela cautelar.

117. Conforme já exposto por esta Administração Judicial, os créditos inscritos neste concurso de credores devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, atualização esta que inclui, além da correção monetária e dos juros de mora, eventuais encargos contratuais.

118. Ante o exposto, e diante da comprovação pelo credor, nos termos do art.9º da LRF, acolhe-se a divergência, a fim de majorar o crédito listado em favor do Terras Raras FIDC, passando a contar o valor de R\$ 300.054,49 (trezentos mil cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), na classe III (quirografários).

III.2.o Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Unicred Ponto Capital – Unicred Ponto Capital

119. A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Unicred Ponto Capital – Unicred Ponto Capital enviou *divergência de crédito* a esta Administração Judicial, através de *e-mail*, afirmando, inicialmente, que seu crédito foi equivocadamente listado em nome de Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred Ltda. – Unicred do Brasil, esta que se consubstancia numa confederação de cooperativas, e que o vínculo associativo da Recuperanda é com cooperativa singular Unicred Ponto Capital.



120. Assim, pugna seja retificada a titularidade do crédito.

121. Além disso, afirma que o crédito em questão não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, eis que decorrente de ato de cooperativa, cuja extraconcursabilidade está prevista no art. 6º, §13º, da LRF.

122. Neste contexto, elucida que, nos termos do art. 79 da Lei 5764/1971, atos cooperativos são *“os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”*.

123. Afirma que seu crédito é oriundo da operação de crédito nº 2022070705, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na qual há previsão de que se trata de ato cooperativo. Confira-se:

B) Ato Cooperativo

O(s) EMITENTE(S) declara(m)-se ciente(s), conforme explicações recebidas antes da assinatura da presente e no momento em que passou a integrar o quadro social da Cooperativa, que essa Cédula está também vinculada às disposições legais que regulam o Cooperativismo, a saber:

- a. Estatuto Social da COOPERATIVA;
- b. Regimento Interno da COOPERATIVA;
- c. Deliberações de Órgãos da COOPERATIVA e
- d. Normativos do Sistema Unicred

O(s) EMITENTE(S) declara(m) ter pleno conhecimento de que a operação representada por esta cédula de crédito bancário, por mim(nós) praticada com a COOPERATIVA, é juridicamente conceituada como sendo um ato cooperativo, de prestação de serviços daquela Sociedade em seu favor, fundamentado no vínculo societário existente entre o(s) EMITENTE(S) (Cooperado) e sua COOPERATIVA, sem intuito de lucro, nos termos da Lei nº 5.764, de 1971, demais legislações cooperativista e do Estatuto Social, em momento algum configurando uma relação de fornecimento e consumo.

124. Ao final, pugna pela declaração de extraconcursabilidade do crédito, com a consequente exclusão da relação de credores, ou, subsidiariamente, seja o valor retificado para R\$ 786.681,17 (setecentos e oitenta e seis mil seiscentos e oitenta e um reais e dezessete centavos), sob o fundamento de que se trata de limite de crédito e, em razão disso, operacionalmente, quando a cooperativa realiza a liberação de determinado valor, há a geração de um “novo título”.



125. Em anexo à divergência, apresentou a Cédula de Crédito Bancário nº2022070705, extratos da conta nº 031942-2, bem como a proposta de admissão e ficha de matrícula da Recuperanda Lira Alimentos como associada da Unicred.

126. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas discordaram da exclusão do crédito, sob o argumento de que a operação firmada entre as partes tem natureza comercial e, como tal, está sujeita aos efeitos da recuperação judicial, não se tratando de ato cooperativo.

127. Quanto à retificação do valor, não se opuseram, desde que se indique claramente até que data foi feita a atualização, sendo certo que esta só pode ser feita até a data do pedido de recuperação judicial.

128. Esta Administração Judicial possui entendimento de que, em se tratando de cooperativa de crédito, como no presente caso, que são consideradas instituições financeiras, na forma do art. 1º da Lei Complementar 130/2009, o crédito se sujeita aos efeitos da recuperação judicial.

129. O posicionamento *supra* pode ser corroborado na jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, de igual sorte, entende que às cooperativas de crédito não se aplica o disposto no art. 6º, §13º, da LRF. Confira-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – "SAMMI" - IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO APRESENTADA POR COOPERATIVA DE CRÉDITO – Decisão agravada que considerou o crédito da Cooperativa de Crédito SICREDI RIO PARANÁ como extraconcursal – Inconformismo da recuperanda – Acolhimento - O caso vertente envolve crédito de cooperativa de crédito, cuja natureza e atividade não se confundem com as demais cooperativas (que são consideradas sociedades simples, não se sujeitando à falência, cf. art. 982, parágrafo único, Código Civil). **Sendo cooperativa de crédito, não se lhe aplica o disposto no art. 6º, § 13, da Lei nº 11.101/2005.** A cooperativa de crédito, malgrado não possa pedir recuperação judicial (art. 2º, II, Lei n. 11.101/2005), sujeita-se à intervenção, liquidação



extrajudicial pelo Banco Central, além da falência (art. 1º, Lei n. 6.024/1974). A própria lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971) distingue a cooperativa de "crédito" das demais, subordinando-a às normas do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (art. 18, §§ 4º e 9º; art. 103 da Lei n. 5.764/1971). E a Lei Complementar n. 130/2009, ao dispor sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, autoriza a prestação de serviços de natureza financeira (operações de crédito) a associados e a não associados, inclusive a entidades do poder público (art. 2º, § 2º), evidenciando que a cooperativa de crédito não está regrada pela lei das cooperativas (Lei n. 5.764/1971)- **Acolhimento do recurso para julgar improcedente a impugnação de crédito, devendo o crédito da cooperativa ser considerado como concursal (quirografário)** - Decisão reformada – RECURSO PROVIDO. (grifos não constam do original)

(TJ-SP – AI nº 2105754-28.2022.8.26.0000, Relator Des. Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 23/05/2023, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 23/05/2023)

130. Quanto ao pedido subsidiário de retificação da quantia listada, este igualmente não merece acolhimento, diante da ausência de memória de cálculo atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, 18 de junho de 2024, como determina o art. 9º, II, da LRF.

131. Acolhe-se, tão somente, o pleito de alteração de titularidade, diante da demonstração de que a operação foi firmada com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Unicred Ponto Capital – Unicred Ponto Capital.

132. Nessa ordem de ideias, acolhe-se a divergência apenas no que diz respeito à titularidade do crédito, **para que passe a constar Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Unicred Ponto Capital – Unicred Ponto Capital**, mantido o valor de R\$ 1.486.118,18 (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil cento e dezoito reais e dezoito centavos), e a classe III (quirografários).



III.2.p Valecred Securitizadora de Créditos S.A.

133. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Valecred Securitizadora de Créditos S.A., através de correio eletrônico, na qual aduz ser credora do valor atualizado de R\$ 951.762,48 (novecentos e cinquenta e um mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), oriundo de confissão de dívida.

134. Vale destacar que a Valecred Securitizadora está listada na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 867.018,48 (oitocentos e sessenta e sete mil dezoito reais e quarenta e oito centavos).

135. Em suas sucintas razões, afirma que a Recuperanda honrou o pagamento de apenas seis parcelas da confissão de dívida, tendo amortizado apenas o valor de R\$ 30.233,38 (trinta mil duzentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos) da sétima parcela.

136. Na instrução da divergência, apresentou o *Instrumento Particular de Acordo, Consolidação, Confissão e Renegociação de dívida*, bem como a memória de cálculo abaixo colacionada:

MEMÓRIA DE CÁLCULO

TÍTULO	VALOR	VENCIMENTO	CORREÇÃO (TJSP)			MORA (1%)	MULTA (10%)	VALOR TOTAL
RN 07/18	R\$ 37.047,62	26/10/2023	92.455443	94.638077	R\$ 37.922,22	R\$ 2.593,33	R\$ 3.704,76	R\$ 44.220,31
RN 08/18	R\$ 67.281,00	26/11/2023	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 09/18	R\$ 67.281,00	26/12/2023	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 10/18	R\$ 67.281,00	26/01/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 11/18	R\$ 67.281,00	26/02/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 12/18	R\$ 67.281,00	26/03/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 13/18	R\$ 67.281,00	26/04/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 14/18	R\$ 67.281,00	26/05/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 15/18	R\$ 67.281,00	26/06/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 16/18	R\$ 67.281,00	26/07/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 17/18	R\$ 67.281,00	26/08/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
RN 18/18	R\$ 67.281,00	26/09/2024	92.455443	94.638077	R\$ 68.869,33	R\$ 4.709,67	R\$ 6.728,10	R\$ 80.307,10
VALOR TOTAL								R\$ 927.598,42
CUSTAS INICIAIS								R\$ 18.551,97

*A correção e a mora cobrada, foi em consonância com o vencimento antecipado previsto no corpo do instrumento.



137. Contudo, o cálculo apresentado não indica o marco final de atualização dos valores, este que, no presente caso, deve ser a data do pedido de recuperação judicial – 18 de junho de 2024 – a teor do que dispõe o art. 9º, II, da LRF, além de contar com a inclusão de *custas iniciais* não comprovadas, o que impossibilita o acolhimento do pleito por esta Administração Judicial.

138. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, entenderam pela necessidade de apresentação de planilha com a escoreita atualização.

139. Assim, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 867.018,48 (oitocentos e sessenta e sete mil dezoito reais e quarenta e oito centavos).

III.2.q Valorem Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

140. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Valorem Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), isto é, R\$ 316.835,30 (trezentos e dezesseis mil oitocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos), e afirma que o valor correto corresponde a R\$ 97.515,16 (noventa e sete mil quinhentos e quinze reais e dezesseis centavos).

141. Em suas razões, elucida que realizou operações de cessão de crédito junto à Lira Alimentos, por meio da qual a Recuperanda lhe cedeu direitos creditórios de operações realizadas no segmento comercial, mediante a assinatura de termos aditivos que individualizaram as duplicatas mercantis ou de serviço.

142. Acrescenta que, por meio dos referidos termos aditivos, deu-se a alienação dos direitos creditórios, ocorrendo a transferência de titularidade dos créditos objeto da cessão.

143. Em seguida, listou os respectivos termos e a relação dos títulos cedidos, conforme a tabela que ora se colaciona:



TERMO DE CESSÃO	TÍTULOS	DATA DE VENCIMENTO
2401120028	22985003	07.03.2024
2401190072	100435001	09.03.2024
2401250037	23101001	25.03.2024
2402200071	98352001p	23.02.2024
	98352002p	01.03.2024
	98350002p	01.03.2024
	98352003p	08.03.2024

144. O Valorem FIDC destacou que, nos termos da Cláusula 9 do respectivo contrato de cessão (coobrigação), a Recuperanda se obrigou pela solvência dos créditos cedidos, respondendo, portanto, pelo inadimplemento dos direitos creditórios.

145. Ao final, afirmou que os valores devidamente atualizados até data do pedido de recuperação judicial, 18 de junho de 2024, resultam no valor de R\$ 97.515,16 (noventa e sete mil quinhentos e quinze mil e dezesseis centavos).

146. Em anexo à divergência, apresentou o contrato que regula as cessões de crédito com coobrigação para a valorem, as notas emitidas pela Recuperanda em razão da venda de mercadorias – estas que indicou na planilha *supra* colacionada como sendo os títulos cedidos – os termos de cessão e memória de cálculo atualizada até 19 de agosto de 2024, data posterior ao pedido de recuperação judicial, em desconformidade, portanto, com o que determina o art. 9º, II, da LRF.

147. Além disso, não há comprovação do inadimplemento dos títulos pelos devedores originários, o que se faz necessário para corroborar o direito de regresso em face das Recuperandas.

148. Assim sendo, a despeito de se tratar de pedido de minoração, esta Administração Judicial entende que faltam elementos necessários ao seu acolhimento, pelo que rejeita a divergência, a fim de manter o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 316.835,30 (trezentos e dezesseis mil oitocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).



III.2.r Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pernambuco – Sicoob Pernambuco

149. A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pernambuco – Sicoob Pernambuco, credora listada na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 4.186.477,01 (quatro milhões cento e oitenta e seis mil quatrocentos e setenta e sete reais e um centavo), apresentou divergência de crédito, através de correio eletrônico, pugnando, ao final:

- (i) *seja acolhida a presente impugnação, para efeito de excluir a integralidade do crédito pertencente ao SICOOB PERNAMBUCO, tendo em vista que todas as obrigações assumidas pelas recuperandas junto a cooperativa por força dos contratos que decorrem de ato cooperativo, não se submetendo minimamente aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do artigo 6º, § 13 da Lei n. 11.101/2005;*
- (ii) *seja julgado procedente o pedido para que os valores devidos ao SICOOB PERNAMBUCO, por ocasião do inadimplemento sejam contabilizados para fins de composição do valor total do crédito a ser incluído no Quadro Geral de Credores da recuperação judicial da empresa recuperanda, conforme memoriais descritivos do saldo devedor, ambos anexados à presente.*
- (iii) *seja retificado o valor total dos créditos do impugnante, cujo saldo devedor total importa na quantia **R\$1.839.141,41 (Hum milhão oitocentos e trinta e nove mil cento e quarenta e um reais e quarenta e um centavos)** na qualidade de **extraconcursais**.*

150. Em suma, pretende o ajuste do valor do crédito e a sua reclassificação como extraconcursal.



151. No que se refere ao valor, aduz que perfaz a quantia total de R\$1.839.141,41 (um milhão oitocentos e trinta e nove mil cento e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), devidamente atualizada em conformidade com o que determina o art. 9º, II da LRF.

152. Com relação à classificação, expõe seu entendimento no sentido de que, considerando ser o crédito constituído de obrigações de atos cooperativos praticados pela sociedade cooperativa com seus cooperados – no presente caso, a Recuperanda – sua natureza é extraconcursal, nos termos do art. 6º, §3º, da LRF.

153. A Sicoob Pernambuco acrescenta que é pessoa jurídica distinta e autônoma da Cooperativa – SICOOB SÃO PAULO, não tendo poderes para receber qualquer notificação-citação ou intimação em nome de outras Cooperativas, praticar atos ou prestar informações.

154. Em anexo à divergência, apresentou as Cédulas de Crédito Bancário nº619920 (financiamento de veículos novos), 760357 (empréstimos – capital de giro), 892008 (confissão e renegociação de dívida), e seus respectivos extratos.

155. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas assentaram que o contrato nº 619920 está garantida por alienação fiduciária, pelo que concordaram com a exclusão do crédito que dela se originou.

156. No que diz respeito ao contrato nº 760367, ressaltaram que o valor arrolado na relação de credores, isto é, R\$ 797.683,05, é maior que aquele constante no relatório enviado pela credora, qual seja, R\$ 543.892,30, e que o cálculo contém aplicação de juros e multa em período posterior à data do ajuizamento da recuperação judicial.

157. Quanto ao contrato nº 892008, aduziram que está garantido somente por aval e abrange a confissão-renegociação de diversas operações, incluindo a operação nº 64464-2. Alegam que o valor arrolado na relação de credores relativo à operação nº64464-2 – R\$ 2.251.326,00 – é maior que aquele constata no relatório enviado pela credora, referente a todas as operações renegociadas pela CCB.



158. As Recuperandas sustentam, ainda que todos os créditos se tratam de simples operação de confissão-renegociação de dívida, não se tratando de ato cooperativo típico para consecução dos objetivos sociais dos cooperados, conforme exige o art. 79 da Lei 5.764/71, situação que ensejaria a sujeição das CCBs (exceto aquela com garantia fiduciária) aos efeitos da recuperação judicial.

159. Pois bem. No tocante ao pleito de exclusão do crédito relativo ao contrato nº619920, esta Administração Judicial entende que, embora assista razão à credora quanto à existência de alienação fiduciária em garantia, esta que se consubstancia no próprio veículo financiado, na relação de credores apresentadas pelas Recuperandas não há indicação de qualquer valor relativo ao contrato em questão, havendo, apenas, o seguinte:

	DUPLICATAS DESCONTADAS	31/05/2023	R\$ 822.245,60	1.01.02.02
CONTRATO Nº 19946506	CAPITAL DE GIRO	31/05/2023	R\$ 315.222,36	2.01.05.01
CONTRATO Nº 644642	CAPITAL DE GIRO	31/05/2023	R\$ 2.251.326,00	2.01.05.01
CONTRATO Nº 760357	CAPITAL DE GIRO	31/05/2023	R\$ 797.683,05	2.01.05.01

160. Quanto aos demais, cuja declaração de extraconcursabilidade se apoia apenas na arguição de que se trata de ato cooperativo, este Administrador Judicial entende pela manutenção na relação de credores, pois, como prefalado, em se tratando de cooperativa de crédito, como no presente caso, que são consideradas instituições financeiras, na forma do art. 1º da Lei Complementar 130/2009, o crédito se sujeita aos efeitos da recuperação judicial.

161. Finalmente, quanto ao ajuste de valores, não foi possível verificar o montante indicado pelo credor, eis que não foi apresentada planilha devidamente atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, na forma do art. 9º, II, da LRF, mas, apenas, os extratos dos contratos.

162. Diante de todo o exposto, rejeita-se a divergência, mantendo-se o crédito tal como listado, isto é, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 4.186.477,01 (quatro milhões cento e oitenta e seis mil quatrocentos e setenta e sete reais e um centavo).



III.3 Classe IV – Créditos de Microempresas e Empresas de pequeno porte

Condimeat Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

163. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Condimeat Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual requer a exclusão do crédito listado em seu favor na classe IV (microempresa e empresas de pequeno porte), pelo valor de R\$102.900,01 (cento e dois mil novecentos reais e um centavo), sob o argumento de que não se submete aos efeitos da recuperação judicial, na forma do art. 49 da LRF.

164. Em síntese, o credor alega que seu crédito foi adquirido em data posterior ao pedido de recuperação judicial, que entende ser o dia 05 de setembro de 2023, eis que as notas fiscais que o representa foram emitidas a partir de fevereiro de 2024.

165. Aduz, ainda, que o crédito decorrente da Nota Fiscal nº 10.741, incluído no montante listado em seu favor, foi quitado, diante da devolução da mercadoria pela Recuperanda.

166. Ocorre que, como se verifica da judiciosa decisão de fls. 5.165-5.168, o marco final de submissão dos créditos a esta recuperação judicial é o dia 18 de junho de 2024, sendo certo que todos os créditos existentes até a referida data, vencidos ou não, são concursais.

167. Em se tratando de faturas que compreendem o período de fevereiro e março de 2024, não há dúvidas de que o crédito que delas se origina está sujeito à recuperação judicial, nos exatos termos do art. 49 da LRF.

168. Instada a se manifestar em contraditório administrativo, as Recuperandas ressaltaram que o marco final de submissão dos créditos é o dia 18 de junho de 2024, data do pedido de recuperação judicial, a redundar na rejeição da divergência.



169. Assim, considerando a flagrante submissão do crédito, nos termos do que preconiza o art. 49, da LRF, rejeita-se a divergência, retificando-se apenas o total listado para excluir o valor da Nota Fiscal nº 10.741 – R\$ 35.000,00, que o credor afirma ter sido quitada, passando a constar a quantia de R\$ 67.900,01 (sessenta e sete mil novecentos reais e um centavo).

IV. Da retificação da relação de credores (art. 7º, §2º, da LRF)

170. Como se verifica da lista apresentada pelas Recuperandas às fls. 4.439-4.442, na forma preconizada no art. 51, III, da LRF, o passivo total somado sujeito aos efeitos da recuperação judicial foi apontado no valor de R\$ 66.729.209,48 (sessenta e seis milhões setecentos e vinte e nove mil duzentos e nove reais e quarenta e oito centavos), com a seguinte composição: (A) classe dos credores trabalhistas (classe I), no valor de R\$ 1.809.700,64 (um milhão oitocentos e nove mil setecentos reais e sessenta e quatro centavos); (B) classe dos credores quirografários (classe III), no valor de R\$ 60.114.350,05 (sessenta milhões cento e quatorze mil trezentos e cinquenta reais e cinco centavos); e, (C) classe dos credores microempresas e empresas de pequeno porte (classe IV), no valor de R\$ 4.805.158,79 (quatro milhões oitocentos e cinco mil cento e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos).

171. Analisadas as habilitações e divergências apresentadas pelos credores, amparadas na respectiva documentação comprobatória, constata-se que houve um decréscimo no passivo concursal total, decorrente da diminuição da quantia de R\$3.073.074,57 (três milhões setenta e três mil setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), totalizando o montante de R\$ R\$ 63.656.134,91 (sessenta e três milhões seiscentos e cinquenta e seis mil cento e trinta e quatro reais e noventa e um centavos), conforme Relação de Credores que segue abaixo.

172. Ante a todo o exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar à serventia que faça publicar o Edital previsto no art. 7º, § 2º, da LRF, concedendo assim à coletividade de credores a devida publicidade do ato, dando-se seguimento ao procedimento de consolidação do Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial.



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

173. Por oportuno, as Recuperandas promoveram, tempestivamente, a apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, conforme consta dos autos às fls.5.593-5.616, motivo pelo qual se requer que o Edital acima mencionado reste publicado, de forma conjunta, contendo o aviso de recebimento do plano, na forma prevista pelo art.55 da LRF, e assim atinja-se os fins devidos.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2024.

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS
JULIO MATUCH DE CARVALHO
Administrador Judicial
OAB/SP 515.079

MURILO MATUCH DE CARVALHO
OAB/RJ 137.860

JOHAN TRINDADE
OAB/RJ 228.748

MICHELLE S. SAMPAIO
OAB/RJ 201.825

MATHEUS C. MENDONÇA
OAB/RJ 239.252

MARCOS VINICIUS B. S. ANTUNES
OAB/RJ 249.843



GRUPO LIRA

TOTAL DE CRÉDITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	R\$ 63.656.134,91
TOTAL DA CLASSE I (TRABALHISTAS)	R\$ 1.734.529,15
CREDOR	VALOR
ALEX LINO DA SILVA	R\$ 395.899,75
ALEX PEREIRA DE FARIA	R\$ 62.298,53
DAYLAN OLIVEIRA ROCHA	R\$ 46.690,37
IRENILDO BOMFIM DO ROSARIO	R\$ 217.650,75
JAILSON DA SILVA CARNEIRO FILHO	R\$ 141.856,92
LUCAS DE PAIVA LINO	R\$ 35.070,38
MARCOS CEZAR COELHO BARBOZA	R\$ 281.568,56
MARINA PAIVA GOMES DE CARVALHO ALVES FIGUEIROA	R\$ 105.175,78
PAULO CESAR SALUSTRINO DA SILVA	R\$ 95.311,71
ROSCELI ALEXANDRE DE MELLO	R\$ 123.937,06
THAYSSYA SOARES OLIVEIRA BONO	R\$ 229.069,34
TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIOS)	R\$ 57.151.446,97
CREDOR	VALOR
3F CAPITAL SECURITIZADORA S/A	R\$ 81.522,36
3MI	R\$ 230.710,00
ALFA FIDC MULTISSETORIAL	R\$ 4.397.564,42
ARAGUAIA ALIMENTOS LTDA	R\$ 1.010.000,46
BANCO BRADESCO S/A	R\$ 3.260.953,83
BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 4.855.101,94
BANCO DO BRASIL S/A	R\$ 4.773.520,29
BANCO RODOBENS S/A	R\$ 250.000,00
BANCO SANTANDER S/A	R\$ 1.274.267,08
BANCO VOLVO BRASIL	R\$ 974.912,19
BON-MART FRIGORIFICO LTDA	R\$ 1.336.017,99
CMF FIDC NAO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL LP	R\$ 430.974,50
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO UNICRED PONTO CAPITAL – UNICRED PONTO CAPITAL	R\$ 1.486.118,18
CONTINENTAL BANCO NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS	R\$ 846.643,30
COOPERATIVA DE CREDITO - SICOOB PERNAMBUCO	R\$ 4.186.477,01
COOPERATIVA DE CREDITO - SICOOB SÃO PAULO	R\$ 107.000,00
DEL CRED NP - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL – FIDC	R\$ 643.813,50
DISTRIBUIDORA DE CARNES SAO CARLOS EIRELI	R\$ 420.483,50
DISTRIKRIN ATACADO DISTRIBUIDORA DE CARNES E TRANS	R\$ 592.719,50
EXPAND SUCURITIZADORA S.A	R\$ 374.489,94



FGS CARNES LTDA	R\$ 78.636,60
FIDC DANIELE LP	R\$ 585.585,28
FIDC LOTUS PERFORMANCE LP	R\$ 213.000,00
FIDC MULTI RECEBIVEIS II - BRR	R\$ 231.000,00
FIDC MULTISSETORIAL EMPRESARIAL LP - DELMONTE	R\$ 281.510,42
FINANZA PRIME FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NAO PADRONIZADOS	R\$ 37.125,00
FORTALEZA DE SANTA TERESINHA AGRICULTURA E PECUARIA	R\$ 183.683,43
FRIESP ALIMENTOS LTDA	R\$ 166.885,01
FRIGOL S/A	R\$ 233.221,64
FRIGORIFICO CONFIANCA EIRELI	R\$ 1.102.066,92
FRIGORIFICO NAVEFRIGO EIRELI	R\$ 309.324,45
FRIGORIFICO RIO MARIA LTDA	R\$ 99.506,40
FRIGORIFICO TRIANGULO DO SOL LTDA	R\$ 4.485.000,00
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS INSTITUCIONAL - SRM	R\$ 92.350,00
FUNDO DE INVESTIMENTOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS SABIA CAPITAL CREDIT	R\$ 181.870,45
HUMAITA FOOD SERVICE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 654.706,19
IBRAC INDUSTRIA BRASILEIRA DE ADITIVOS E CONDIMENT	R\$ 290.336,76
INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS SUPREMO LTDA	R\$ 594.006,04
J.A COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS E SERVICOS EI	R\$ 101.125,00
JBS S/A - TUCUMA	R\$ 676.207,11
JJ CARVALHO DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA	R\$ 54.000,00
JN FOMENTO MERCANTIL LTDA	R\$ 6.133.103,67
LONDRES COMERCIO DE CARNES E DERIVADOS LTDA	R\$ 142.268,67
MERCURIO ALIMENTOS S/A	R\$ 507.235,65
OXSS SECURITIZADORA S/A - IOSAN	R\$ 3.022.840,08
PLENA ALIMENTOS S/A	R\$ 502.187,07
PREMIUM RECEBIVEIS I MULTISSETORIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	R\$ 185.211,71
QS DISTRIBUICAO E COMERCIO DE CARNES LTDA	R\$ 48.484,00
REALCREDI SECURITIZADORA S/A	R\$ 329.228,89
DISTRESSED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS	R\$ 178.541,00
RNX FIDC MULTISSETORIAL	R\$ 32.486,76
RXM IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	R\$ 390.556,32
SANTA BARBARA CARNES COMERCIO LTDA	R\$ 177.565,50
SIFRA S/A	R\$ 313.002,69
SOLAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL	R\$ 329.360,00
STARS GROUP SECURITIZADORA S.A	R\$ 291.540,00
TERRA NOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	R\$ 110.826,60



TERRAS RARAS FIDC NAO PADRONIZADO MULTI SETORIAL NP	R\$ 300.054,49
TREVISO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS NAO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL -TIRRENO	R\$ 244.949,20
TRUST FUNDO INVESTIM EM DIR CRED MULT	R\$ 120.208,35
VALECRED SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A	R\$ 867.018,48
VALOREM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS MULTISETORIAL	R\$ 316.835,30
VIA CAPITAL ARTEMUS FIDC	R\$ 350.000,00
WALL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS	R\$ 73.505,85
TOTAL CLASSE IV (ME E EPP)	R\$ 4.770.158,79
CREDOR	VALOR
CARNES NELORE IMPORTACAO EXPORTACAO EIRELI - ME	R\$ 150.145,00
FRIGBRASIL COMERCIAL DE CARNES E ALIMENTOS LTDA - EPP	R\$ 129.940,89
CONDIMEAT INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	R\$ 67.900,01
PV COMERCIO DE CARNES LTDA - ME	R\$ 53.760,00
R BOI COMERCIO DE BOVINOS E SERVICOS LTDA - ME	R\$ 222.942,26
WL PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP	R\$ 4.145.470,63